

# HISTÓRIAS, NAÇÕES E MEMÓRIAS INSURGENTES



organização

**Clovis Antonio Brighenti**

**Hernán Venegas Marcelo**

aran  
duká

HISTÓRIAS, NAÇÕES E  
MEMÓRIAS INSURGENTES

# aran duká

## Aranduká

www.aranduka.com.br  
contato@aranduka.com.br  
Caixa Postal 185 , Avenida Iguatemi, 99  
Naviraí, Mato Grosso do Sul, Brasil  
CEP 79.950-970

## Editora

Amanda Ferraz da Silveira

## Conselho Editorial

Alma Guadalupe Melgarito Rocha  
Amanda Ferraz da Silveira  
Anibal Alejandro Rojas Hernandez  
Antônio Carlos Diegues  
Antônio Carlos Wolkmer  
Bartomeu Melià SJ (*in memorian*)  
Bruna Balbi Gonçalves  
Carlos Frederico Marés de Souza Filho  
Carmen Alice Cohene Mercado  
Clovis Antonio Brighenti  
Daniel Sandoval Cervantes  
Edson Damas da Silveira  
Helene Sivini Ferreira  
Horacio Machado Araújo  
Joaquim Shiraishi Neto  
Jorge Ramón Montenegro Gomez  
Juan Pablo Neri  
Juliana Santilli (*in memorian*)  
Katya Izaguirre Torres  
Levi Marques Pereira  
Luis Tapia Mealla  
Magali Vianca Copa Pabón  
Manuel Munhoz Caleiro  
Marcelo Bogado  
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega  
Maria Inês Ladeira  
Patrícia Albornoza Guzmán  
Pedro Pachaguayá Yujra  
René Kuppe  
Rosa Sebastiana Colmán  
Rosembert Ariza Santamaría  
Tiago Resende Botelho  
Walter Antillón Montealegre

organização  
Clovis Antonio Brighenti  
Hernán Venegas Marcelo

# HISTÓRIAS, NAÇÕES E MEMÓRIAS INSURGENTES

aran  
duká

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Histórias, nações e memórias insurgentes / organização Clovis Antonio Brighenti, Hernán Venegas  
Marcelo. -- 1. ed. -- Naviraí, MS : Aranduká, 2023.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-994270-9-1

1. América Latina - História 2. Ciências sociais 3. História - Estudo e ensino 4. Insurgência  
5. Memórias I. Brighenti, Clovis Antonio. II. Marcelo, Hernán Venegas.

23-164415

CDD-900

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. História 900

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Realizado o depósito legal obrigatório na Biblioteca Nacional  
Lei 10.994, de 14 de dezembro de 2004



## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

Clovis Antonio Brighenti e Hernán Venegas Marcelo ..... 7

### PARTE I ESTADO E CULTURA

#### ESTADO NACIÓN EN IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE - PROPUESTAS PARA UNA COMPARACIÓN A PARTIR DE CASOS REGIONALES

Samuel Oliveros Calderón ..... 17

#### LOS PROYECTOS EXTRACTIVOS Y EL DISCURSO DESARROLLISTA: EXPRESIONES DEL RACISMO AMBIENTAL EN MÉXICO

Yolanda Mexicalxóchitl García Beltrán ..... 41

#### ORDEM JURÍDICA E IDENTIDADE NACIONAL NO CREPÚSCULO DO IMPÉRIO: SILVIO ROMERO E A TENTATIVA DE CONSTITUIÇÃO DE UM POVO

Samuel Martins dos Santos ..... 63

#### TRADIÇÃO *VERSUS* MODERNIDADE: O CONFLITO ENTRE OS OFÍCIOS CAMARÁRIOS E A INTENDÊNCIA-GERAL DA POLÍCIA NA GÊNESE DO ESTADO DO BRASIL

Thiago Enes ..... 85

#### DESENVOLVIMENTO E CULTURA: JOÃO APOLINÁRIO ENTRE OS DEBATES DO ISEB, DA CEPAL E DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA DURANTE O REGIME MILITAR BRASILEIRO (1964-1974)

Tânia da Costa Garcia e Thales Reis Alecrim ..... 109

#### FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO EM CONTEXTO INTERNACIONAL: O CONSULADO BRASILEIRO EM NOVA IORQUE (1840-1860)

Ilana de Macedo Vaz e Cláudia Maria das Gracias Chaves ..... 123

#### LAS SERIES AUDIOVISUALES COMO EXPERIENCIA CULTURAL: ENTRE ENTRETENIMIENTO Y NARRATIVA DE IDENTIDADES NACIONALES LATINOAMERICANAS EN LA SERIE LOS ARCHIVOS DEL CARDENAL (2011)

Cesar Reina e Rosangela de Jesús Silva ..... 143

## PARTE II INSURGÊNCIAS

### MEMÓRIAS FEMININAS DAS REVOLUÇÕES CENTRO-AMERICANAS: EL SALVADOR DE ANA MARÍA GASTEAZORO E A NICARÁGUA DE GIOCONDA BELLI

Luiz Felipe Viel Moreira e Marcela Cristina Quinteros ..... 171

### MULHERES NA ARTE BRASILEIRA: AS MEMÓRIAS DE HELENA PEREIRA DA SILVA OHASHI E O CENÁRIO ARTÍSTICO NO SÉCULO XX

Martinho Alves da Costa Júnior e Paula Nathaiane de Jesus da Silva ..... 195

### INTERLOCUÇÕES DE GÊNERO NOS NACIONALISMOS NA AMÉRICA LATINA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Tânia Regina Zimmermann e Ilsyane do Rocio Kmitta ..... 213

### A LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO FEMININO ENTRE AS KAINGANG DO TOLDO CHIMBANGUE (1970-2020)

Andreza Bazzi e Humberto José da Rocha ..... 223

### “O BÁRBARO MAIS BÁRBARO QUE O BÁRBARO”: A “INVENÇÃO” DO TAPUIA, DO SERTÃO E A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Paulo Robério Ferreira Silva e João Batista de Almeida Costa ..... 243

### A HISTÓRIA INDÍGENA COMO ALTERNATIVA DE REELABORAÇÃO DAS HISTÓRIAS NACIONAIS

Liana Rayssa Mota Amorim e Soraia Sales Dornelles ..... 265

### HISTÓRIAS A CONTRAPELO DA REVOLUÇÃO HAITIANA

Loudmia Amicia Pierre-Louis e Hernán Venegas Marcelo ..... 285

### ENTREVISTA

### LA INSURGENCIA MEMORIAL Y MONUMENTAL EN AMÉRICA LATINA

Por Hernán Venegas Marcelo, con Carolina Vanegas Carrasco ..... 307

AUTORAS E AUTORES ..... 315

## DESENVOLVIMENTO E CULTURA: JOÃO APOLINÁRIO ENTRE OS DEBATES DO ISEB, DA CEPAL E DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA DURANTE O REGIME MILITAR BRASILEIRO (1964-1974)

Tânia da Costa Garcia  
Thales Reis Alecrim

**Resumo:** Em 1963, quando João Apolinário, poeta e crítico teatral português, chegou ao Brasil, existiam diversos debates e interpretações sobre a condição histórica do Brasil e da América Latina. Nessas contendas, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento estavam em questão, seja na cultura e na política, seja na economia e na sociedade. À medida que Apolinário leu e entrou em contato com esses problemas, ele inseriu-se nas discussões e propôs intervenções. Levando em conta essa aproximação, analisamos a inserção de Apolinário nos debates que pautavam a cultura e o subdesenvolvimento, em especial as propostas do ISEB, da Cepal e das Teorias da Dependência. Cruzamos as ideias dele com a dos eminentes teóricos que discutiam esses conceitos. Nosso personagem acreditava que a superação do subdesenvolvimento não se daria pela economia, mas pela cultura que emergiria como verdadeiramente nacional. Por esse motivo, apontamos alguns marcos e ideias que consideravam a cultura como um campo de batalha contra essa situação histórica, permitindo, dessa forma, o desenvolvimento. Assim, afinados com a História Cultural, partimos do conceito de representação, dada a nossa preocupação com as maneiras pelas quais determinados atores sociais concebiam e relacionavam-se com as ideias do seu tempo. Por meio desse instrumental, situamos o nosso personagem em meio a esses debates e mapeamos as propostas com as quais ele se alinhava, demonstrando a historicidade desses repertórios de ideias em torno dos papéis interpretados pela cultura e pelo desenvolvimento.

**Palavras-chave:** história; desenvolvimento; cultura; Brasil.

*Abstract: In 1963, when João Apolinário, Portuguese poet and theater critic, arrived in Brazil, there were several debates and interpretations about the historical condition of Brazil and Latin America. In these disputes, development and underdevelopment were at issue, whether in culture and politics, or in the economy and society. As Apolinário read and came into contact with these problems, he inserted himself into the discussions and proposed interventions. Taking this approach into account, we analyzed the insertion of Apolinário in the debates that guided culture and underdevelopment, in particular the proposals of ISEB, Eclac and the Dependency Theories. We cross-referenced his ideas with those of eminent theorists who discussed these concepts. Our character believed that overcoming underdevelopment would not be achieved through the economy, but through the culture that would emerge as truly national. For this reason, we pointed out some milestones and ideas that considered culture as a battleground against this historical situation, thus allowing development. Thus, in tune with Cultural History, we started from the concept of representation, given our concern with the ways in which certain social actors conceived and related to the ideas of their time. Through this instrument, we placed our character in the midst of these debates and mapped the proposals with which he was aligned, demonstrating the historicity of these repertoires of*

*ideas around the roles played by history, culture and development.*

**Keywords:** *history; development; culture; Brazil.*

## INTRODUÇÃO

A América Latina está longe de ser um continente homogêneo, mas está unida pela geografia e, em certa medida, pela história (SINGER, 2009, p. 111).

João Apolinário Teixeira Pinto (1924-1988) construiu uma trajetória transnacional como poeta, jornalista e crítico teatral. Na juventude, cursou Direito na Universidade de Coimbra e, aos 21 anos de idade, participou do final da Segunda Guerra Mundial na França. Após concluídos os deveres militares, estudou Artes Gráficas na Universidade de Paris *Sorbonne*, entre 1945 e 1949. Em seguida, retornou para Portugal, onde exerceu a atividade de jurista, jornalista e poeta com evidente verve política e contestatória. Devido à perseguição conduzida pelo Estado Novo (1926-1974), o nosso personagem exilou-se das terras lusas. Assim, ele desembarcou no Brasil em 1963 e iniciou uma carreira de crítico teatral, sendo a ditadura militar (1964-1985) o pano de fundo de sua produção.

Apolinário produziu seus escritos em meio aos regimes ditatoriais tanto em Portugal (Estado Novo 1926-74) como no Brasil (Regime Militar 1964-85). Apesar dessas conjunturas, a sua obra esteve calcada no engajamento e, conseqüentemente, marcada pela expectativa revolucionária. Entretanto, essas representações foram evocadas com nuances específicas, dialogando com aspectos particulares de cada país.

Músicos dos dois lados do Atlântico apropriaram-se dos poemas de nosso personagem. Luís Cília e Francisco Fanhais musicalizaram seus versos em Portugal durante os anos 1960, sendo que ambos os cantores estavam inseridos no movimento do Canto de Intervenção. João Ricardo (filho de Apolinário) e o seu conjunto, os Secos & Molhados, compuseram canções a partir dos poemas, durante os anos 1970 no Brasil. Por conseguinte, as musicalizações lá e cá eram marcadas por constelações culturais específicas e dialogavam-nas com outras produções musicais do período, seja em âmbito nacional ou internacional.

Por conta da proficuidade e da ampla difusão da obra desse autor, dedicamos uma dissertação de mestrado à sua produção escrita e às musicalizações de seus poemas no Brasil e em Portugal (ALECRIM, 2020). Porém, aqui focaremos em algumas críticas teatrais de Apolinário publicadas no jornal “Última Hora” de São Paulo durante a década de 1960. Nesses textos, Apolinário argumentava que o Brasil precisava inserir-se na ordem da grande cultura universal, pois havia um estágio histórico que deveria ser superado. Tal superação se daria sobretudo no teatro, uma vez que, segundo ele, essa arte era a mais suscetível de

concretizar um projeto didático que propiciava as condições necessárias para que os brasileiros tomassem consciência da sua nacionalidade e ascendessem o país à alta cultura.

Essa perspectiva sobre a situação cultural brasileira não era uma especulação exclusiva de Apolinário. Havia um repertório de ideias que se alinhava com tal concepção, era uma obsessão da agenda cultural brasileira que mobilizava, contundentemente, os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento para postular esses debates. Dessa forma, tencionamos analisar o estado dessas categorias conceituais no Brasil por meio das provocações levantadas por esse crítico português. A partir disso, podemos historicizar os cruzamentos de ideias que mobilizavam esses conceitos que tanto inflaram discursos e manifestações políticas no Brasil contemporâneo.

Afinal, em 1963, quando Apolinário chegou ao Brasil, já existiam diversos debates e interpretações sobre a condição histórica das Américas. Nessas contendas, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento estavam no centro dos debates políticos, culturais, sociais e, sobretudo, econômicos. Tão logo que Apolinário leu e entrou em contato com esses problemas, ele propôs intervenções ao mobilizar instância conceituais alinhadas com os pensamentos propostos pelo ISEB (Instituto de Estudos Brasileiros), pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e pelas Teorias da Dependência.

Levando em conta essa aproximação, analisamos a inserção de Apolinário nos debates que pautavam a cultura e o subdesenvolvimento. Cruzamos as ideias dele com a dos eminentes teóricos que discutiam esses conceitos com o intuito de traçar paralelos e capturar as tensões de ideias. Além disso, nosso personagem acreditava que a superação do subdesenvolvimento não se daria pela economia, mas pela cultura que emergiria como verdadeiramente nacional. Por esse motivo, apontamos alguns marcos e ideias que consideravam a cultura como um campo de batalha contra essa situação histórica, permitindo, assim, o desenvolvimento.

Por esse motivo, afinamos nossa proposta de análise com os pressupostos teóricos da História Cultural, em particular com o conceito de representação, dada a nossa preocupação com as maneiras pelas quais determinados atores sociais concebiam e relacionavam-se com as ideias do seu tempo. Da mesma forma que Roger Chartier (2016, p. 7), compreendemos que as representações “(individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais ou iconográficas) não como simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social”. Portanto, elas se constituem em categorias que mediam a relação dos humanos com seu tempo, criam formas de agir e pensar, logo, são compartilhadas.

Nesse caso, os debates sobre o subdesenvolvimento eram questões efervescentes dentro do nosso recorte (1963-1974) e constituíam matéria de discussão entre diversos intelectuais que os manuseavam de acordo com seus interesses. Contudo, assim como

podemos observar com as palavras de Paul Singer (2009) na epígrafe, existe um consenso em afirmar que as explicações sobre a situação latino-americana se encontram na história.

Na perspectiva de Apolinário, essas interpretações sobre a cultura e o subdesenvolvimento também estavam alicerçadas sob uma consciência temporal linear e acumulativa. As medidas e soluções propostas por ele em relação a esse debate seguem o mote de constatação, conscientização, ação e revolução. Em consonância com Benoît Denis, compreendemos a produção escrita de Apolinário como engajada, isto é, trata-se de uma forma do artista/autor colocar o seu trabalho a serviço do processo revolucionário, pautando-se pelo presente/futuro.

Denis (2002, p. 24-25) historiciza a relação entre literatura e engajamento, demonstrando algumas teorias que uniam esses dois conceitos:

Não se trata para ele [o autor engajado] de abdicar daquela autonomia, sem a qual ele faria literatura de propaganda; é antes uma questão de se modificar-lhe o sentido, deixando de fazer disso um fim em si para tentar fazê-la servir (à revolução, às lutas políticas e sociais em geral etc.) [...]. Para dizê-lo esquematicamente, permanecendo integralmente literatura, a literatura engajada não se pensa mais exatamente como um fim em si, mas como suscetível de tornar-se um meio ao serviço de uma causa que ultrapassa largamente a literatura, possibilidade que o artista modernista ou vanguardista recusará sempre.

Tratava-se de colocar a palavra a serviço de determinada causa social ou política, assim, alinhada ideologicamente à esquerda. Destarte, não seja uma arte que dialoga com a eternidade, mas uma arte historicamente situada que atende aspectos de seu tempo. Dessa maneira, consideramos o empreendimento de Apolinário como engajado, pois os escritos desse autor estavam em profunda relação com o pano de fundo histórico e cultural do Regime Militar Brasileiro (1964-1985) e, ao mesmo tempo, propunha críticas e soluções que visavam modificar as condições políticas desse período. Em todos os momentos a obra de Apolinário apresentava-se como um fim para um meio, palavras que estavam, nomeadamente, comprometidas com a revolução social de esquerda.

Antes de iniciar a exposição, consideramos pertinente esclarecer que não estamos inferindo qualquer relação de causa e efeito, ou que os autores aqui citados mantinham relações de contato e eram leitores uns dos outros. Por mais que tenhamos plena consciência de que Apolinário era um leitor e que se preocupava em compreender a realidade brasileira, não possuímos material para constatar o que ele lia ou deixava de ler. Portanto, torna-se mais interessante compreender o movimento das ideias dentro do nosso recorte.

Um último esclarecimento refere-se às referências das fontes. Os escritos do nosso personagem podem ser consultados em três lugares diferentes: nos dois volumes organizados pela viúva de Apolinário, Maria Luiza Teixeira Vasconcelos (2013); no Arquivo Público do Estado de São Paulo, isto é, nas páginas do jornal “Última Hora” de São

Paulo; e, por fim, no Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde pode-se encontrar o seu espólio de programas de teatro e recortes de suas críticas. Prezando pela limpeza do texto, optamos por somente realizar a citação das compilações realizadas por Vasconcelos e das páginas do jornal, pois, dessa maneira, facilitamos o acesso e eventual busca para todos os interessados.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DEBATES EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO E DO SUBDESENVOLVIMENTO: CEPAL, TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E ISEB**

Com efeito, o debate sobre o lugar do Brasil e da América Latina no mundo não é recente. Podemos datar essas contendas desde os processos de independência. Vale destacar que essas discussões sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento assumem diversos matizes e foram apropriadas por instâncias políticas e culturais que as manuseavam de acordo com interesses específicos. Além do mais:

O discurso sociopolítico latino-americano é impregnado por termos como nacionalismo, colonialismo, imperialismo, desenvolvimentismo e outros. Muitos regimes se apropriaram desses termos para legitimar suas ações. Em muitos momentos de nossa história, é difícil divisar os agentes políticos dos intelectuais em cujos pensamentos estejam baseados. Muitos associaram suas teorias ao ideal emancipatório e fizeram de sua trajetória uma luta real pela superação das deficiências da região. Alguns intelectuais fizeram uma tentativa genuína de acomodar o pensamento europeu aos problemas regionais, outros não conseguiram perder seu caráter eurocêntrico (PINTO, 2012, p. 345).

De todo modo, em finais do século XIX e na aurora do XX, certos pensadores e políticos colocaram uma ênfase insistente na questão do desenvolvimento. Sobretudo a partir de meados dos anos 1930, quando os Estados latino-americanos assumiram uma postura diferente e buscaram romper com o modelo econômico anterior baseado na exportação de matéria prima e na importação de produtos. Essa postura negociou um novo significado para o desenvolvimento e propiciou uma reflexão sobre o lugar da América Latina no capitalismo mundial.

Tanto que não é gratuito o aparecimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em 1948. Sinteticamente, o objetivo histórico dessa comissão era a superação da dependência através de um capitalismo autônomo, via industrialização. Para concluir esse objetivo, os intelectuais do grupo, dentre eles, Celso Furtado e Raul Prebisch, buscavam diagnosticar alguns problemas históricos que moldavam as economias dos países da região.

Assim, no seio da Cepal, nasceram abordagens e ramificações que visavam explicar as razões do subdesenvolvimento latino-americano a partir do lugar ocupado pelos países da

região na periferia do sistema capitalista internacional, como exportador de matéria prima e consumidor de produtos industrializados (DEVÉS-VALDÉS, 2003). Esse diagnóstico alimentaria o nacional-desenvolvimentismo nos anos de 1950. Era preciso romper com essa lógica considerada perversa e alcançar a autonomia econômica via industrialização e impulsionada pelo Estado, trilhando, portanto, o caminho para uma autêntica soberania político-nacional.

Nos anos de 1960, tais reflexões desdobraram-se nas Teorias da Dependência que questionavam alguns postulados dos cepalinos. Os teóricos dessa corrente afirmavam que existiam interesses manifestos em manter a região confinada no atraso econômico. Nas palavras de um eminente intelectual de origem germânica, Andre Gunder Frank (1967), os países desenvolvidos criavam os subdesenvolvidos, sendo o inverso também verdade, os desenvolvidos somente existiam porque existiam subdesenvolvidos. Portanto, diferentemente do que a Cepal propunha, não existia forma de superar o subdesenvolvimento por meio do capitalismo, pois esse modo de produção se alimentava dessa desigualdade.

Em livro conjunto, Andre Gunder Frank, James Cockcolt e Dale L. Johnson (1970, p. 44) observaram que a experiência histórica dos países coloniais e subdesenvolvidos era muito diferente da dos países desenvolvidos. As etapas primitivas dos últimos não se assemelhavam em nada com a atual situação dos primeiros. Assim, os autores afirmam que: “Os países desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter sido pouco desenvolvidos”, pois, “o subdesenvolvimento contemporâneo [dos países de herança colonial] é em grande parte o produto histórico da economia passada”.<sup>1</sup>

Em suma, a dependência era uma condição de subordinação das economias em contexto internacional, marcada por intercâmbios desiguais e dívidas externas. Para agravar esse quadro, os teóricos diagnosticavam a presença de um intenso imperialismo. Os territórios que compõem a América Latina, desde os primórdios da Era Moderna, foram alvos da exploração colonial e, no momento em que os teóricos empreenderam essa análise, estavam na mira das potências internacionais, em especial dos Estados Unidos. O país norte-americano expandia sua influência sobre os países latino-americanos, pois, em contexto de Guerra Fria, era necessário mantê-los distantes das ameaças comunistas, sobretudo após a Revolução Cubana (1959).

Por conseguinte, por mais que existissem similaridades entre os cepalinos e os teóricos da dependência, as discrepâncias entre essas interpretações também se destacavam. Por um lado, a Cepal propunha o avanço da industrialização e da burguesia nacional como uma forma de superar o subdesenvolvimento, emancipando a América Latina e colocando-a em um lugar equivalente ao das nações centrais do capitalismo. Por outro,

<sup>1</sup> “Los países desarrollados nunca tuvieron subdesarrollo, aunque pueden haber estado poco desarrollados [...] el subdesarrollo contemporáneo es, en gran parte el producto histórico de la economía pasada” (tradução de nossa autoria).

as teorias da dependência, mais alinhadas à esquerda, propunham a saída, a negação do modo de produção capitalista, considerando-a a melhor forma de superar as contradições do subdesenvolvimento.

Dessa maneira, os pressupostos das Teorias da Dependência alinhavam-se aos autores anticolonialistas da segunda metade do século XX, negando, assim, a industrialização e o desenvolvimento capitalista enquanto solução. Por exemplo, existem similaridades entre as obras de Franz Fanon (1968), de Ernesto Che Guevara (1999) e dos teóricos da dependência. Esses autores apontam para a inevitável superação do capitalismo pelas nações colonizadas, pois nessas ainda existiam possibilidades de ação que não esbarravam nas contradições capitalistas.

Contudo, ao passo que a Cepal e as Teorias da Dependência propunham soluções e análises econômicas para o problema da dependência, a partir dos anos 50, o Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB) colocava a cultura no centro do debate. Partindo de uma leitura filosófica da cultura, os intelectuais desse grupo, como Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto, estavam menos preocupados com a história e mais com o “vir a ser”, isto é, a cultura como o principal motor para a transformação social.

Em um livro centrado nas articulações entre a identidade nacional e as reflexões sobre a cultura brasileira, Renato Ortiz (1985, p. 47-48) afirma que no seio do ISEB nasceram reflexões que marcaram o debate sobre a questão cultural no país. Assim, vale a longa passagem em que o autor situa historicamente as conexões do ISEB com outras reflexões culturais.

Na esfera cultural a influência do ISEB foi profunda. Ao me referir a este pensamento como matriz, o que procurava descrever é que toda uma série de conceitos políticos e filosóficos que são elaborados no final dos anos 50 se difundem pela sociedade e passam a constituir categorias de apreensão e compreensão da realidade brasileira. No início dos anos 60 dois movimentos realizam, de maneira diferenciada, é claro, os ideais políticos tratados teoricamente pelo ISEB. Refiro-me ao Movimento de Cultura Popular no Recife e ao CPC da UNE. [...] creio que se pode genericamente afirmar que os dois movimentos se construíram em grande parte como base no conceito de alienação cultural.

Ao longo desse livro, Ortiz continua demonstrando como esses movimentos vale-ram-se da conceptualização isebiana, sendo que as teorias desse grupo se insinuaram tanto à esquerda quanto à direita, na cultura popular e nas obras intelectuais, no teatro e na música. Os conceitos de “cultura alienada”, de “nacional” e de “popular” marcaram os debates culturais e converteram-se em lugar comum para as análises acadêmicas.

Diante do exposto, está claro que os debates em torno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento do Brasil e da América Latina foram, em um primeiro momento, pautados em torno de tensões econômicas e sociais. Por um lado, a Cepal propunha a superação da condição histórica por meio da industrialização conduzida pelo Estado,

por outro, as Teorias da Dependência apontavam que a única solução possível era a ruptura com o modelo capitalista. Por fim, os teóricos isebianos postulavam que o fim do subdesenvolvimento se daria por meio da libertação cultural, pois, ao afirmar-se como verdadeiramente nacional, romperia com o ciclo e incitaria o desenvolvimento tanto humano como econômico do Brasil.

Não à toa, essas propostas do ISEB alinhavam-se aos paradigmas culturais da Semana de Arte Moderna de 1922. De acordo com Marcos Napolitano (2014, p. XV-XVI), no Brasil as artes e as propostas intelectuais no século XX brasileiro foram pautadas pelo longo modernismo. Dessa forma, os ideais de libertação nacional passavam, necessariamente, pela representação do povo como material privilegiado produção artística e pela afirmação constante da cultura brasileira em oposição às contaminações estrangeiras. Em seguida, veremos como Apolinário se relacionou com esse ciclo de ideias e quais foram suas contribuições para o debate.

## A CULTURA EM NOME DO DESENVOLVIMENTO: AS PROPOSTAS DE APOLINÁRIO

Pelo que detectamos, João Apolinário adentrou nesse debate em 1968 com a série “Revolução no Teatro”. Tanto que os artigos “O teatro é uma revolução em marcha e “A revolução no teatro: generalidades sobre o que é popular” postulam claramente o papel do teatro na luta pelo que se denominava “independência nacional”, considerando-se que, do ponto de vista daqueles alinhados à esquerda do espectro político-ideológico, o Brasil estava subordinado ao capitalismo internacional comandado pelas grandes potências, sobretudo pelo Estados Unidos. Em sua concepção, o teatro contribuía para o “desenvolvimento sociológico brasileiro” e correspondia “muito mais a uma necessidade de ação, do que propriamente uma necessidade cultural” (APOLINÁRIO, 1968, p. 7; VASCONCELOS, 2013a, p. 32).

Tal ação só podia ser proposta através da cultura e contribuía para a consolidação de um país onde:

[...] a independência depende muito mais do desenvolvimento ideológico do que de soluções para o seu subdesenvolvimento crônico, asfixiado na sua economia política por um colonialismo secular, mais grave depois dos conquistadores de 1500, aos quais sucederam os exploradores europeus ou americanos – ainda hoje (APOLINÁRIO, 1968, p. 7; VASCONCELOS, 2013a, p. 32).

Nesse parágrafo, Apolinário dialogou, concomitantemente, com as Teorias da Dependência, com a Cepal e com o ISEB. Por um lado, emergiam as teorias de que o Brasil estava preso por uma corrente histórica que o prendia ao subdesenvolvimento econômico

e, conseqüentemente, suprimia seu pleno desenvolvimento político, pois estava sempre atado às potências capitalistas. Por outro, a libertação dessa situação histórica somente se daria a partir da cultura, visto que uma tomada de consciência em cadeia assolaria o país, ocasionando a quebra desse sistema de dominação.

Ainda no mesmo texto ele continua afirmando que o teatro luta “contra todas as formas de alienação do povo brasileiro” (APOLINÁRIO, 1968a, p. 7; VASCONCELOS, 2013, p. 33). A ênfase colocada por Apolinário nessa questão sugere que a cultura era o campo de batalha privilegiado para enfrentar esse problema. Com efeito, na perspectiva de alguns intelectuais brasileiros, a alienação era considerada um grande empecilho para a consolidação da nação. Tal como Renato Ortiz (1985, p. 54) demonstra, a ideia de alienação no Brasil foi difundida principalmente através dos intelectuais do ISEB. Esse conceito foi retomado para compreender e propor “a superação da dominação capitalista”. De acordo com uma das vozes do ISEB, Roland Corsibier (1958), o Brasil era um país alienado, não conhecia a si mesmo e, por esse motivo, mantinha-se preso no complexo colonial.

Para superar esse problema, Apolinário sustenta que era necessária uma tomada de consciência que seria concretizada pelo teatro. A partir das ideias vocalizadas nos palcos, seria possível realizar a ação necessária, isto é, “revelação, denúncia [...], desmistificação, protesto, revolução de ideias” (APOLINÁRIO, 1968, p. 7; VASCONCELOS, 2013a, p. 32) que levariam à conscientização. Aliás, “consciência” e “conscientização” eram conceitos importantes para os intelectuais do ISEB. Tanto que Álvaro Vieira Pinto (1960) escreveu “Consciência e Realidade Nacional”, no qual enfatizava a existência de uma consciência colonial, alienada, e a sua superação pela libertação nacional.

Não por acaso, o sociólogo e membro do ISEB, Carlos Estevão Martins, autor do “Anteprojeto do Manifesto do Centro Popular de Cultura” (1962), balizou grande parte da arte engajada dos anos de 1960. Neste sentido, Apolinário estava afinado com as ideias do ISEB, mas também não ignorava as análises sociais e econômicas das Teorias da Dependência e da Cepal. O nosso personagem valeu-se do conceito de “subdesenvolvimento” inúmeras vezes. Junto com esse conceito, existiam implicações e justificativas culturais e socioeconômicas. Por exemplo, ao analisar o público de teatro no Brasil, ele constatou um “jogo de classes em fusão”, assim:

[...] não se sabe mais onde começam as classes trabalhadoras, operárias, economicamente débeis, e onde acaba a classe média, descendo e subindo as escadas da concorrência social que o capitalismo torna fatal e iníqua através do lucro ou do feudo hierárquico das profissões liberais [...]. Diremos que há uma imensa massa de analfabetos [...] jovens e velhos apenas precariamente alfabetizados [...]. Diremos ainda que há uma não menor massa de jovens e velhos precariamente alfabetizados [...] (APOLINÁRIO, 1968, p. 6; VASCONCELOS, 2013a, p. 461).

Apesar de o nosso personagem realizar uma ligação direta entre a situação econômica, os problemas da dependência no capitalismo e a alfabetização, o ponto fundamental dessa passagem é a constatação de que no Brasil existia uma contradição entre crescimento econômico e manutenção de certas estruturas subdesenvolvidas. Isso pode ser inferido a partir do modo como ele descreve as classes médias que, de certa maneira, não estavam estabilizadas economicamente, pois também eram vítimas das contradições do capitalismo. A partir disso, ele colocou em tensão a própria existência das classes populares compostas por “uma imensa massa de analfabetos”, ou seja, evidenciando a permanência dos aspectos de subdesenvolvimento.

Em um ensaio publicado originalmente em 1974, o economista Celso Furtado (1985, p. 97) constatou o mesmo problema no capitalismo brasileiro.

A economia brasileira constitui exemplo interessante do quanto um país pode avançar no processo de industrialização sem abandonar suas principais características de subdesenvolvimento: grande disparidade na produtividade entre áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológico, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas, etc.

Por conseguinte, as grandes tensões da dependência e do subdesenvolvimento manifestavam-se com a exploração da maioria mais pobre em benefício da minoria mais rica. Em outras palavras, no Brasil, estava em voga “uma política de ‘desenvolvimento’ orientada para satisfazer os altos níveis de consumo de uma pequena minoria da população” (FURTADO, 1985, p. 97). As conseqüências disso eram, principalmente, o agravamento das desigualdades sociais e o aumento do custo social do desenvolvimento.

Dessa maneira, Apolinário fazia eco com os diagnósticos de Celso Furtado. Essas premissas econômicas fundamentavam a sua posição em relação ao papel da cultura na sociedade. Tanto que as contradições do capitalismo e do subdesenvolvimento, em sua concepção, eram combustíveis para impulsionar os jovens – “ávidos de se identificarem com um Brasil liberto do colonialismo oligarca, plutocrata e feudal” (APOLINÁRIO, 1968, p. 6; VASCONCELOS, 2013a, p. 461) – realizarem as ações que quebrariam com essa situação histórica.

A partir de 1970, Apolinário passou a realizar balanços sistemáticos da produção teatral, configurando classificações e pertinências de cada apresentação em relação ao momento histórico. Uma dessas classificações, que, aliás, ele considerava a de maior importância, era: “Teatro realizado em 1970 de acordo com o nosso subdesenvolvimento” (APOLINÁRIO, 1970, p. 8; VASCONCELOS, 2013b, p. 374). Com essas categorias, o nosso personagem manifestava uma preocupação com o anacronismo, isto é, obras que não dialogavam com o público nem com a situação histórica no Brasil. Em suas palavras, era necessário o “encontro com as nossas tradições [...] do teatro e a promoção de uma

atividade consciente segundo as nossas realidades sociais e as nossas necessidades culturais” (APOLINÁRIO, 1970, p. 7; VASCONCELOS, 2013b, p. 369).

Neste sentido, o “teatro realizado de acordo com nosso subdesenvolvimento” era aquele que agia de acordo com as demandas culturais do Brasil visando, assim, superar o colonialismo e a alienação através da tomada de consciência. O diagnóstico partia de críticas e constatações da Cepal e das Teorias da Dependência, mas as soluções eram mais afeitas aos apontamentos do ISEB. Isso significa que, para o nosso personagem, a arte e a cultura exerciam um “papel ativo na promoção da atividade consciente das massas populares no sentido da transformação social” (APOLINÁRIO, 1970, p. 7; VASCONCELOS, 2013b, p. 369). Portanto, a superação do subdesenvolvimento somente se daria através das premissas do engajamento que ele desenvolveu desde a sua obra poética em Portugal: constatação, conscientização, ação e revolução (ALECRIM, 2020, p. 30-50).

O subdesenvolvimento era um estágio histórico que poderia ser superado pela ação humana. O “teatro necessário ao nosso subdesenvolvimento” era aquele que demonstrava as contradições dessas correntes seculares que mantinham o país em uma situação colonial (APOLINÁRIO, 1970, p. 8; VASCONCELOS, 2013b, p. 378-379). Ao mesmo tempo, também impulsionava a conscientização e a ação com o intuito de atingir a revolução.

Os artigos que abrem o ano de 1971, como “Qual é, afinal, essa minoria para quem se produz teatro?”, são marcados por citações de Nelson Werneck Sodré. Esse historiador fez parte do ISEB desde os seus primórdios até a sua extin o em 1964. Ele produziu uma vasta bibliografia pautando os problemas levantados por esse grupo de intelectuais, sendo que um ponto insistente de sua obra era o da “presença do imperialismo estadunidense interessado no desmonte da Na o e sua associa o com setores das elites agrárias brasileiras que representavam, segundo Sodré, o que havia de mais arcaico na estrutura política, econômica e social no Brasil” (MORAIS, 2015, p. 11).

Dessa maneira, não   gratuita a concordância de Apolinário com certos preceitos do ISEB, visto que temos conhecimento de que o nosso personagem citou “Síntese de uma História da Cultura Brasileira”, livro em que Werneck Sodré (1970) insiste nos conceitos de aliena o e no papel da cultura para tomada de consciência em prol da supera o do estágio colonial. A supera o do colonialismo foi algo bem trabalhado por esse historiador, tanto que em “Forma o Histórica do Brasil” ele atentou para o fato de que o desenvolvimento brasileiro foi desigual, privilegiou a explora o colonial, o que beneficiou somente uma pequena parcela da popula o (SODRÉ, 1990). Tal situa o histórica perpetuou-se e não se encerrou com a independência, pois as grandes potências industriais continuaram cravando seus interesses no Brasil.

## CONSIDERA OES FINAIS

Observando por esse prisma, percebemos que esse era um debate profícuo no período e, de certa maneira, mantém-se contundente até os dias atuais. Compreender as razões do desenvolvimento e do subdesenvolvimento foi uma obsessão intelectual do período, levada a cabo por diversos pensadores. Assim como afirmou Caio Prado Júnior (1978, p. 17) no livro “História e Desenvolvimento” – fruto da sua tese de livre docência apresentada à Universidade de São Paulo em 1968 –, a “problemática brasileira de nosso tempo se centraliza essencialmente em torno do ‘desenvolvimento’”.

Além disso, colocando essas contendas em perspectiva continental, de acordo com Jorge Castañeda (1994, p. 234), a representação de que existia uma continuidade histórica é uma importante premissa do pensamento latino-americano. Neste sentido, a América Latina sempre sofreu com a presença estrangeira, sendo que as elites locais eram os avatares das vontades coloniais e, posteriormente, imperialistas. Assim, a “noção de neocolonialismo e, mais tarde, as teorias da dependência encontraram sua origem nesse sentimento de continuidade”.

Portanto, as discussões conduzidas por Apolinário referentes ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento faziam parte de um conjunto de tensões que marcaram os debates intelectuais no Brasil e, mais amplamente, na América Latina. No caso do nosso personagem, os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento foram apropriados e utilizados de acordo com os moldes do seu engajamento, o que envolvia os passos de constatação, conscientização, ação e revolução. Para ele, o subdesenvolvimento era uma etapa que precisava ser superada, através da arte e da cultura, após isso, a consolidação do projeto nacional e a revolução seriam as consequências seguintes.

Dessa maneira, os passos que envolviam o engajamento de Apolinário eram estruturados a partir de uma percepção temporal linear, isto é, um tempo constituído por etapas e acumulações (CHAKRABARTY, 2000). Diante disso, podemos perceber que o subdesenvolvimento aparecia em seus textos como uma situação histórica nascida do acúmulo de experiências passadas. Ao mesmo tempo, esse presente vivido poderia ser transformado a partir da ação humana (no caso, através da arte e da cultura), criando, assim, um futuro inédito e revolucionário.

## REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, João. A revolução no teatro: generalidades sobre o que é popular. **Última Hora**, 24 jul. 1968.

APOLINÁRIO, João. As contradições da temporada entre a produção e o consumo. **Última Hora**, 24 dez. 1970. p. 8.

APOLINÁRIO, João. O teatro é uma revolução em marcha. **Última Hora**, 10 out. 1968.

p 7.

APOLINÁRIO, João. Qual é o teatro necessário ao nosso subdesenvolvimento? **Última Hora**, 31 dez. 1970.

APOLINÁRIO, João. Uma pausa no meio dos nossos (deles) anacronismo teatrais. **Última Hora**, 17 dez. 1970. p. 7.

CASTAÑEDA, Jorge. **Utopia desarmada**: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

CHARTIER, Roger. Á beira da falésia: entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CORSIBIER, Roland. **Formação e Problema da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

DENIS, Benoît. **Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre**. Bauru: Edusc, 2002.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **El pensamiento Latinoamericano en siglo XX**. Del Ariel de Rodo a CEPAL 1900-1950. Buenos Aires: Biblos, 2003. Tomo I.

FANON, Franz. **Os Condenados da Terra**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

FRANK, A. Gunder; COCKCOLT, James; JOHNSON, Dale L. **Economía Política del subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and underdevelopment in Latin America**: historical studies of Chile and Brazil. Nova York: Monthly Review Press, 1967.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

GUEVARA, Ernesto Che. On Development Speech delivered March 25, 1964 at the plenary session of the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). **Marxists Internet Archive**. 1999. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/guevara/1964>. Acesso em: 18 jan. 2022.

PRADO JUNIOR, Caio. **História e Desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

MORAIS, Rodrigo de Paulo. **Nelson Werneck Sodr e: um estudo da narrativa como instrumento na disputa política. 1955-1964**. Franca: Disserta o (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita

Filho”, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. Arte e Política no Brasil: História e Historiografia. *In*: EGG, André; FREITAS, Artur; KAMINSKI, Rosane. **Arte e Política no Brasil**: modernidades. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

PINTO, Simone Rodrigues. O pensamento social e político Latino-Americano: etapas de seu desenvolvimento. **Soc. estado**. v.27, n.2, 2012.

SINGER, Paul. Perspectivas de desenvolvimento da América Latina. *In*: MONTEIRO, Paula; COMIN, Álvaro. **Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos**. São Paulo: Globo, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

VASCONCELOS, Maria Luiza Teixeira. **A Crítica de João Apolinário**: memória do teatro paulista de 1964 a 1971. São Paulo: Imagens, 2013. v. 1 e 2.

# FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO EM CONTEXTO INTERNACIONAL: O CONSULADO BRASILEIRO EM NOVA IORQUE (1840-1860)

Ilana de Macedo Vaz  
Cláudia Maria das Gracias Chaves

**Resumo:** O objetivo desse artigo é analisar os discursos internacionalistas dos dirigentes políticos do governo imperial brasileiro em meio à construção do Estado enquanto nação. A perspectiva principal é a do Consulado Geral brasileiro em Nova Iorque, locus de discussões acerca das relações exteriores do império do Brasil com os Estados Unidos, cujos cónsules e funcionários se correspondiam com os ministros brasileiros da Secretaria de Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro. A primeira seção trata da discussão sobre a formação do Estado-nação em meio a fatores externos. Na segunda, discute-se a relação brasileira com os Estados Unidos, adentrando seus interesses mútuos comerciais e escravocratas. A terceira aponta a visão de alguns dirigentes políticos brasileiros sobre o lugar que o Brasil ocupava na América. A intenção é a de demonstrar fatores externos que contribuíram ou afetaram o processo de construção do Estado brasileiro em meados do XIX e evidenciar esse vínculo através dos discursos dos cónsules e dos parlamentares enquanto agentes encarregados de cumprir um projeto político conservador que, por serem influenciados pela conjuntura internacional, auxiliam a compreensão do processo de construção do Estado brasileiro.

**Palavras-Chave:** Consulado brasileiro; Estado-nação; Estados Unidos.

***Abstract:** The aim of the paper is to analyze the internationalist speeches of the political leaders of the Brazilian imperial government in the construction of the State as a nation. The perspective is that of the Brazilian Consulate General in New York, locus of discussions on the foreign relations of the Brazilian empire with the United States, whose consuls and officials communicated with the Brazilian ministers of the Foreign Affairs Secretariat, in Rio de Janeiro. The first section deals with the discussion of the formation of the nation-state amid external factors in these consular correspondences. The second part discusses the Brazilian relationship with the United States, exploring their mutual commercial and slave interests. The third points out the vision of some Brazilian political leaders about the place Brazil occupied in America. The intention is to demonstrate external factors that contributed to or affected the process of construction of the Brazilian State in the mid-19th century through the speeches of consuls and parliamentarians as agents in charge of fulfilling a conservative political project that, being influenced by the international conjuncture, helps understanding the construction of the Brazilian State.*

**Keywords:** Brazilian consulate; Nation-state; United States.

## INTRODUÇÃO

A independência de 1822 marcou o início de um processo que a historiografia chamou de construção do Estado-nação, apontando os esforços dos construtores desse processo em demarcar os fundamentos político-ideológicos, formar um aparato estatal capaz de administrar o território, criar uma legislação e definir critérios de cidadania para sua população (OLIVEIRA; VIEIRA, 2020, p. 122). Alguns autores consideram que já havia um movimento anterior à independência no sentido de construir o Brasil, adentrando conceitos como “nação”, “pátria” e “país” para explicar a construção nacional<sup>1</sup>.

Wilma Peres Costa (1996) considera que a peculiaridade da experiência brasileira na construção do Estado é compartilhada pelas outras nações latino-americanas, pois todas emergiram no panorama mundial a partir da crise do Antigo Sistema Colonial. Os contextos do Atlântico Sul foram distintos do contexto europeu ocidental, pois, até certo ponto, foram resultados de seus processos.

As nações americanas que se tornaram independentes nas primeiras décadas do XIX se originaram da ruptura com suas metrópoles ibéricas, e surgiam dentro de um sistema mundial de Estados consolidados “cuja hierarquia interna estava sendo revolucionada pelos acontecimentos capitais que marcaram o fim do Antigo Regime: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa” (COSTA, 1996, p. 151).

Nesse sentido, com essa desintegração, houve uma alteração das posições hierárquicas no sistema mundial de Estados, com a Inglaterra passando a ter uma hegemonia e os Estados Unidos emergindo como potência. Portanto, a construção dos Estados latino-americanos esteve inserida nesse processo mais amplo de reorganização político-econômica mundial.

Esse processo de formação do Estado se deu em conjunto à criação de uma classe dirigente cujo objetivo era manter a ordem promovendo uma civilização. Mas, ao mesmo tempo em que havia uma expansão para dentro, buscando centralizar o poder sobre as regiões, havia uma expansão para fora, buscando colocar o Brasil no rol das nações civilizadas (OLIVEIRA; VIEIRA, 2020, p. 123).

Algumas pesquisas já relacionaram a política externa do império do Brasil com os Estados Unidos em meados do século XIX<sup>2</sup> considerando a importância do reconhecimento da independência brasileira pelo país do atlântico norte, para além da clássica relação comercial do café. Esse elo entre as nações pode, também, ser evidenciado em

1 Ver: JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta 1500-2000 - A experiências Brasileira**. São Paulo: SENAC São Paulo Editora, 2000; COSTA, Wilma Peres. *A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850)*. História econômica da independência e do império. São Paulo, Hucitec, 1996.

2 Ver, principalmente: RABELO, Pedro Henrique de Mello. **Amizade, comércio e navegação: o Tratado de 1829 e as relações político-mercantis entre o Brasil e os Estados Unidos na formação do Império brasileiro (1808-1831)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. 2017.

diversos outros aspectos políticos, tanto nas esferas parlamentares quanto consulares.

Dessa forma, essa pesquisa teve o propósito de evidenciar esse vínculo através dos discursos dos cônsules e dos parlamentares enquanto agentes encarregados de cumprir um projeto político conservador que, por serem influenciados pela conjuntura internacional, auxiliam a compreensão do processo de construção do Estado brasileiro. Assim, há aqui o entendimento de que as questões acerca das relações consulares entre os países são oriundas do estudo da construção do Estado nacional brasileiro, cujas autoridades políticas e senhoriais se preocupavam com os rumos de suas formas de lucro, mas que não se fecham nisso, pois são consideradas as ligações externas que influenciaram as tomadas de decisões internas. A consolidação nacional não teria sido apenas um fruto de um processo interno, mas de alcance regional, continental e mesmo atlântico, que é tomado aqui como base para se compreender as relações entre os países de uma forma mais ampla. Trata-se de uma tentativa de especificar historicamente relações particulares no tempo e no espaço enquanto parte de um todo em transformação, sem características estáticas.

O principal *corpus* documental aqui usado foram os relatórios consulares do Consulado Geral brasileiro de Nova Iorque e os Relatórios do Ministério das Relações Exteriores, entre as décadas de 1840 e 1860. É necessário um breve esclarecimento sobre o funcionamento do Ministério: em 1840, foi decretado o primeiro regulamento do órgão e sua primeira divisão administrativa formal. A pasta foi assumida por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, que conduziu um processo de reforma administrativa em 1842, dividindo a pasta em quatro seções e um arquivo. A primeira seção era responsável pelos negócios tratados pelas legações e consulados brasileiros na Inglaterra e França, a segunda pelos demais países europeus e a terceira pelas nações americanas. A quarta cuidava das correspondências, orçamentos, escrituração sobre vencimento e outras atribuições. A permanência de Oliveira Coutinho no cargo durou até 1843, quando Honório Hermeto Carneiro Leão, figura já conhecida pela historiografia pelos seus cargos políticos, passou a ocupá-lo. Nos anos seguintes, o cargo passa a Ernesto Ferreira França, Bento da Silva Lisboa (Barão de Cairu) em 1846, Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho em 1847 e Paulino José Soares de Souza de 1849 a 1853. Estes são alguns dos remetentes/destinatários dos relatórios consulares.

As repartições consulares no exterior, por sua vez, estavam vinculadas à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, que fazia parte do Ministério, mas que possuíam estruturas próprias cuja organização variava nos países de acordo com o grau de interesse e parceria do governo brasileiro com a nação estrangeira. A elas competia a função de assistência aos cidadãos brasileiros no exterior como a emissão de documentos, passaportes, vistos, repatriação, etc., mas também desempenhavam funções a promover as relações comerciais, econômicas, culturais e científicas do Brasil com o país onde estivessem sediadas

(GABLER, 2013). Portanto, ambas as esferas políticas faziam parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros. As correspondências consulares eram feitas pelo cônsul-geral, enviadas ao ministro e vice-versa.

## A CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO

O império do Brasil, na década de 1840, passava por uma fase de preparação e organização burocrática de sua máquina estatal para garantir o projeto político almejado pelos seus dirigentes, os Saquaremas. Segundo Ilmar de Mattos (2004), o discurso desses dirigentes estava em consonância com o da classe senhorial que, com interesses próprios, apropriavam-se do Estado para cumprir seu projeto, formando um modelo de dominação política escolhido pelos dirigentes Saquaremas que abarcava um modelo de dominação econômica, cujo objetivo seria a manutenção de interesses agroexportadores, assentados na escravidão e no predomínio de latifúndios.

A instituição da escravidão fazia parte do processo da construção do Estado nacional brasileiro, ocupando uma grande parcela enquanto questão política, embora ela não sobrevivesse por muito tempo na fase final da consolidação da nação. Para Bárbara Weinstein (2006), o processo de declínio da escravidão esteve intrincado com o processo de formação da nação e com a questão da identidade nacional, com alguns casos históricos sintonizando com os discursos pró-escravidão (sul dos EUA e Brasil) e outros com o fim dela.

Importante ressaltar que a manutenção da ordem como objetivo fundamental desses dirigentes, de acordo com Mattos (2004), não se restringia apenas à prevenção e à repressão de insurreições escravas, à eliminação de conflitos abertos, às tentativas de pôr fim às lutas pela posse da terra. Manter a ordem significava, principalmente, garantir a continuidade das relações entre senhores e escravos, do monopólio da terra pela minoria privilegiada, além de garantir “a reprodução das relações com o mundo exterior, capitalista e civilizado, por meio da prevalência da Coroa, propiciadora da associação estreita entre negócios e política e da dominância do capital mercantil” (MATTOS, 2004, p. 268). Portanto, as relações internacionais faziam parte do esforço de inserção do Brasil no rol das nações civilizadas.

Após a independência do Brasil, com o fim do exclusivo colonial, os mercados se ampliaram e, com eles, a lucratividade com os diversos negócios iniciados. As estruturas pelas quais esses mercados transpassavam sofreram modificações para que se adequassem ao novo momento, e as mercadorias passaram a ser produzidas pelas demandas das economias internacionais, que influenciavam a adequação dos meios de produção para dar conta do alto consumo, envolvendo a competição e a capacidade de produção e distribuição nas ex-colônias europeias.

Dale Tomich e Rafael Marquese (2009) consideram o século XIX como o palco em que surgiram diferentes regimes de trabalho no mundo, tanto de mão de obra escravizada quanto livre e assalariada, impulsionando o capitalismo industrial, liderado pelos interesses do governo e do empresariado industrial inglês. Além disso, dão um exemplo de que a montagem da cafeicultura escravista brasileira não foi montada unicamente em razão das ações locais, mas também por uma demanda do mercado externo, pois “dependeu de ações políticas concertadas, no plano da esfera nacional, para criar as condições institucionais necessárias para o arranque da atividade e o consequente controle do mercado mundial do artigo” (MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 25).

Trata-se de um momento importante de reflexão sobre questões fundamentais referentes à estrutura política, administrativa e jurídica do Estado imperial, mas também de crescimento da economia mundial, que chegou a duplicar entre 1840 e 1850 e crescer 260% de 1850 a 1870, compondo um novo cenário que influía nos preços dos artigos tropicais (PARRON, 2009). Com isso, parlamentares e proprietários percebiam que o Império brasileiro se beneficiava de uma conjuntura internacional extremamente favorável, pois a arrecadação crescia em valor, embora fosse feita sobre a mesma base material anterior (PARRON, 2009, p. 204).

Para Tamis Parron (2009, p. 213), 1850 foi também um marco em que foi deixada uma grande massa de capitais que se empregavam nas especulações na Costa da África, cujos efeitos refletiram na política imperial concorrendo para o desenvolvimento industrial e comercial das praças. Segundo José Murilo de Carvalho (2012), a unidade política do Brasil no período de 1831 a 1850 esteve seriamente ameaçada, tendo 1850 como grande marco divisório graças às reformas introduzidas no governo. Na década seguinte, tanto o Estado brasileiro quanto o norte-americano se consolidariam a partir das guerras do Paraguai (1864-1870) e da Secessão (1861-1865), sendo o conflito um elemento constitutivo para a formação dos Estados nacionais modernos (OLIVEIRA, 2017). Para Vitor Izecksohn (2005), as guerras foram fundamentais para a definição das fronteiras e para o estabelecimento efetivo dos Estados criados no período pós-independências no continente americano.

## **ESTADO-NAÇÃO BRASILEIRO E SUA CONEXÃO COM OS ESTADOS UNIDOS**

Segundo José Honório Rodrigues (1966, p. 26), a década de 1840 se mostrou como ponto crucial em que a política externa brasileira se livrava das amarras de outros países. Em suas discussões sobre as pressões das grandes potências mundiais e os fundamentos e flutuações da política externa brasileira diante delas, mostrou que o Brasil foi

um protetorado britânico até 1844, quando foram expirados os tratados de amizade e comércio e recusadas as renovações. A política internacional com os Estados Unidos, em particular, ora se expandia, ora se contraía, com o governo brasileiro sempre se cercando à procura de uma posição de equilíbrio entre as dezoito Repúblicas hispanoamericanas. Ainda, aliar-se aos Estados Unidos era importante porque metade do território estadunidense era escravista, e isso fazia parte dos interesses do projeto imperial (RABELO, 2017, p. 23).

O alinhamento externo das políticas da escravidão, cunhado de “internacional escravista” (PARRON, 2015), foi um esforço em prol da manutenção dos privilégios e espaços de poder remanescente da colônia portuguesa. Nesse sentido, o primeiro registro oficial na história do Brasil desse esforço foi o de José Gaspar Lisboa, em 1843, ao dizer ao ministro dos Negócios Estrangeiros que “entre as duas nações os interesses se acham entrelaçados até certo ponto”, dando a ideia de que a escravidão dava ao Brasil e aos Estados Unidos a base de uma geopolítica comum (PARRON, 2015, p. 430).

É importante apontar aqui a construção de narrativas sobre os Estados Unidos nos espaços de deliberação política no Brasil. A partir de 1860, tais narrativas foram marcadas por certa condição de desconfiança por parte dos políticos brasileiros, pontuando que o movimento imperialista norteamericano tinha sido “*agressive and haughty*” (FERRIS, 1941, p. 51). Antes disso, durante as décadas de 1840 e 1850, a interpretação dos diálogos consulares demonstrava a vontade do governo brasileiro em manter relações com os Estados Unidos por ser o único país na América com condições de oferecer política e economicamente caminhos para a construção do Estado brasileiro como nação.

Nas narrativas a partir de 1860 marcadas pela desconfiança, os Estados Unidos eram vistos por alguns sul-americanos como uma ameaça às suas soberanias, senão às suas próprias existências enquanto nações. Nathan Ferris (1941, p. 51) ilustra tal sentimento através da conferência ocorrida já em 1856 com representantes do Chile, Equador e Peru, em que foi assinado um tratado para promover laços mais próximos entre as repúblicas, mas que demonstraram hostilidade para os Estados Unidos. Na iminência da Guerra Civil, o presidente norteamericano, Lincoln, se viu numa posição delicada perante a América Latina, pois não obtinha deles o apoio necessário para afastar o reconhecimento da Confederação. Houve a estratégia, por parte dos confederados, de enviar diplomatas a alguns países, esperando que, como defensores da independência nacional e apoiadores de guerras internas por esse propósito, eles veriam na luta dos confederados um paralelo com seus próprios conflitos e ofereceriam apoio. Ao fim, então, só foi enviado um diplomata ao México com esse propósito.

Por parte do governo de Lincoln, houve também a intenção de enviar homens ao

sul do continente para restabelecer relações, com a missão de convencer essas nações de que o bem-estar deles se ligava à causa da União norte-americana. Foram enviados representantes do governo ao Chile, Peru, Argentina, Venezuela, Bolívia e Brasil, começando uma campanha de estabelecimento de interesses entre os Estados Unidos e esses países (FERRIS, 1941, p. 52). No Brasil, os Confederados pareciam ter mais apoio mesmo não tendo se esforçado para tal, pois a escravidão já era justificativa suficiente para o fortalecimento desse laço, o que levou Gerald Horne (2010) a se referir ao Brasil como “o sul mais distante” em seu estudo sobre a escravidão no continente americano.

Não apenas pelo lado brasileiro, mas principalmente pelo estadunidense, houve um esforço significativo de se manter as relações comerciais, de paz e de amizade no período de 1840 a 1860. Em setembro de 1849, foi enviado do Rio de Janeiro para os Estados Unidos um ofício, sem remetente, ao Visconde de Olinda<sup>3</sup>, transmitindo cópias do ofício de Mr. Todd, ministro norte americano no Brasil, que tratava de um projeto de Tratado para regular de forma permanente as relações comerciais entre os dois países e recomendando que, se lhe perguntassem qual a posição do governo brasileiro, que assegurasse as intenções (do remetente) de estreitar cada vez mais as boas relações com os Estados Unidos, mas sem que fosse expresso um sentido de afirmação de adoção do projeto. Isso demonstra a estratégia usada pelo governo imperial de não aceitação imediata das imposições do governo norteamericano, mas com a cautela de que não fosse criada uma desarmonia. A intenção brasileira não era a de assinar um “contrato” a mais com os Estados Unidos, mas sim manter a relação de aliança, principalmente comercial, sem que sua autonomia no setor econômico fosse ferida, sem que houvesse mais pontos em que o Brasil saísse prejudicado, sem a garantia de reciprocidade, o que tinha acontecido quando foram assinados os tratados anteriores. Além disso, o término do tratado significava a possibilidade de aumento da arrecadação fiscal com o imposto às importações, que era o instrumento comum com o qual os governos dos países da economia primário-exportadores arrecadavam suas receitas básicas (FURTADO, 2003, p.97).

Havia também uma crescente representatividade dos Estados Unidos no Brasil desde pelo menos o período da Independência, explicitada por Antonia Wright (1978) em seu estudo sobre a preponderância britânica no Brasil. Segundo ela, havia uma disputa no Brasil entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos no que tangia à fiscalização antiescravista nas embarcações, principalmente nas de bandeiras norte-americanas. O progresso da construção naval nos Estados Unidos estava diretamente ligado à sua participação no tráfico negreiro, o que marcou a posição norteamericana no Brasil, principalmente por

<sup>3</sup> Pedro de Araujo Lima, o Visconde de Olinda, presidiu o Conselho de ministros por mais tempo durante o Segundo Reinado. Foi também ministro dos Negócios Estrangeiros de 1848 a 1849, Senador do Império, Conselheiro de Estado, oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro e Comendador da Ordem de Cristo.

existir na década de 1840 um “antibritanismo [...] bastante aceso” (WRIGHT, 1978, p. 237). Para a autora, a atitude oficial de Washington era a de aproveitar os atritos causados pelo combate ao tráfico nas relações entre Brasil e Grã-Bretanha, dando ênfase ao principal ponto de contato entre Brasil e Estados Unidos: o sistema escravista. O secretário de Estado dos EUA, John Calhoun, ao escrever para o ministro norte americano no Rio de Janeiro em 1844, esclarece:

Destruir a escravidão, em qualquer das duas nações, facilitaria a destruição (do mesmo instituto) na outra. Eis o porquê do nosso interesse mútuo em resistir à interferência britânica em quaisquer dos dois países, e eis também por que é importante que, tanto o Brasil como os Estados Unidos, se oponham firmemente a qualquer tentativa britânica para perturbar as relações raciais em nossos respectivos países (CALHOUN, 1844 *apud* WRIGHT, 1978, p. 240).

Havia necessidade de se manter os laços com outra nação também escravista para que fossem garantidos os lucros e privilégios provenientes da escravidão. A atitude oficial dos Estados Unidos, presente no trecho destacado, partia da defesa da escravidão em seu território assim como no brasileiro, sob o pressuposto de que havia um interesse mútuo e, assim, demonstrava a necessidade da união entre eles em prol da instituição escravista - a base geopolítica comum.

Ainda na carta de Calhoun, que mais tarde teve seu teor aprovado pelo ministro brasileiro das Relações Exteriores, foi recomendado que o ministro norteamericano congratulasse o governo brasileiro por não aceitar a abolição da escravidão como condição para que a Grã-Bretanha comprasse o açúcar brasileiro, demonstrando o apoio dos Estados Unidos nas pautas antiabolicionistas brasileiras (WRIGHT, 1978, p. 240).

Até o início dos rumores sobre a Guerra da Secessão, os Estados Unidos eram o modelo de mundo civilizado que sabia como lidar com as questões escravistas, pois não tinham alterado, ainda, sua legislação sobre elas, dando o “testemunho mais autêntico de condescendência que o legislador deve guardar para com as ideias e os interesses dos governados” (PARRON, 2009, p. 226). Portanto, a justiça estadunidense, assim como a brasileira, se fundava na preservação da propriedade privada já adquirida, mantendo os esforços para dissuadi-la ineficazes. Segundo Tamis Parron (2009, p. 236), “todas as instâncias decisórias máximas do império deviam seguir aquelas da república americana no período pré-Guerra Civil”. O período que antecede a Guerra Civil marcou o debate político sobre a conveniência do estado nacional nos Estados Unidos, num contexto de lutas que levariam à separação dos estados do Sul e a formação de um novo país de curta duração: os Estados Confederados da América, de 1861 a 1865 (IZECKSOHN, 2003).

## AS CONEXÕES INTERNACIONAIS DO ESTADO NACIONAL: O LUGAR DO BRASIL NA AMÉRICA

Considerando que as medidas tomadas na esfera política nacional brasileira fazem parte de uma esfera maior e internacional, há de se levar em conta as narrativas e as relações criadas com o mundo externo, para além da relação Brasil-Estados Unidos. Em 1847, por exemplo, houve uma crise monetária que afetou a Europa (MARX, 2009) com desdobramentos nos Estados Unidos, prejudicando as exportações de café brasileiro. A partir disso, os dirigentes políticos junto ao consulado ou às Câmaras dos Deputados articularam estratégias que determinassem características do momento político-econômico seguinte, da mesma forma que o avanço cafeeiro desde a década de 1830 dependeu de acordos políticos internos para dar garantia aos investidores desse ramo (MARQUESE, TOMICH, 2009). A intenção é a de notar que o plano macro não se torna causa determinante do micro, mas contextualiza ações tomadas na conjuntura de construção do Estado nacional brasileiro.

A historiografia sobre o comércio brasileiro do século XIX há muito destaca a preeminência da Inglaterra na economia do Brasil, o país europeu que assumira posição de grande potência mundial no período, fornecendo bens industrializados para todo o mundo. É inegável a forte presença de capital britânico nas casas comerciais brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro, fomentando inclusive os negócios do tráfico negreiro. Porém, não há um consenso historiográfico sobre esse predomínio; há autores que o relativizam até meados dos oitocentos. D. C. M. Platt, em 1972, assim como Robert Greenhill cinco anos depois, considerou a influência britânica pouco significativa por conta dos problemas internos do continente sul-americano, como as guerras civis, e das limitações dos mercados de toda essa região (GUIMARÃES, 2010, p. 22). Por outro lado, há os que enfatizam a presença inglesa associada ao capitalismo moderno em detrimento da forma arcaica de os negociantes portugueses controlarem o comércio importador e exportador brasileiro (FREYRE, 1977), e outros, ainda, que demonstram o gradual crescimento da atuação comercial inglesa no comércio exportador brasileiro já no início do século XIX (GUENTHER, 2004).

Apesar da divergência em relação ao peso representado pelo comércio britânico nas primeiras décadas do século XIX, o certo é que outras potências, como os Estados Unidos, começavam a se firmar como parceiros representativos. Segundo Pedro Rabelo (2018, p. 187), em meados da década de 1820 a aliança com o Império britânico era repudiada pelos luso-brasileiros, o que incentivou a aproximação com o governo dos EUA para equilibrar os ânimos entre os grupos sócio-políticos contrários à abolição do tráfico de escravos.

É indispensável se pensar no tema do café brasileiro como matéria de exportação que nos oferece dados significativos, sobretudo porque atestam um crescimento notável das relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos. A exportação deste gênero é um tema importante para todo o século XIX pelos seus números

elevados: entre 1812 e 1816, a média anual de produção de café foi de 1.500 toneladas; em 1830, tal montante chega a 67 mil toneladas, fazendo com que o Brasil liderasse o ranking de produção mundial do produto. Em meados da década de 1840, mais de 50% da produção mundial de café era brasileira. A partir de 1842, os números da produção de café brasileiro totalizavam 84.221 toneladas, aumentando para 89.550t no ano seguinte, chegando a 141.819t em 1847 (RIBEIRO, 2014, p. 40). Esse avanço cafeeiro dependeu de acordos políticos internos para dar garantia aos investidores desse ramo, mas também para suprir a demanda mundial.

Um fator que explica a alta demanda estadunidense, em particular, tem a ver com o aumento da renda de seus cidadãos. Harber e Klein (1992, p. 242) destacaram que cerca de metade do aumento de 2400% das importações de café nos Estados Unidos, por todo século XIX, teve relação com o crescimento da renda dos estadunidenses. Esse fator também explica o crescimento comercial no fluxo contrário, EUA-Brasil. De acordo com Maria Eulália Lobo, no período de 1820 a 1850 houve de modo geral uma tendência de elevação dos salários dos cariocas, apesar dos períodos de inflação. Além disso, entre 1838 e 1849 houve um alto crescimento populacional na cidade, o que contribuiu para o aumento da circulação monetária (LOBO, 1978, p. 86). Com essas tendências, o comércio norte americano com o Brasil duplicou em valores dolarizados entre a década de 1820 e a de 1830, e em seguida deu um salto na década de 1850, alcançando em 1857 um valor seis vezes maior do que o registrado em 1821 (RIBEIRO, 2014, p. 40).

A existência de uma guerra fiscal entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos após a reorganização mundial do comércio, causada pelo Congresso de Viena, também é um fator de destaque (PARRON; YOUSSEF; ESTEFANES, 2014, p. 146). Na década de 1820, os grupos manufatureiros do Norte dos Estados Unidos desejavam fechar o mercado doméstico à Grã-Bretanha, se opondo ao desejo do Sul de reduzir os direitos de entrada sobre a libra do café. Tal disputa tarifária ocasionou, no início da década seguinte, a redução destes direitos de cinco centavos de dólar para dois, de dois para um, chegando a zerar em 1833, “a abertura irrestrita das aduanas tornaria os Estados Unidos o maior mercado consumidor de café na economia global, o que teve efeito imediato sobre a atuação dos produtores e negociantes do Vale do Paraíba” (PARRON, YOUSSEF, ESTEFANES, 2014, p. 146).

De qualquer forma, o maior parceiro comercial tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos ainda era a Grã-Bretanha, origem e destino da maior parte das mercadorias compradas e vendidas, além de a moeda britânica controlar a política cambial. Este era um vínculo imprescindível às duas economias durante o século XIX, o que não diminui a relevância das parcerias comerciais do Brasil com outros Estados.

Sobre a posição dos Estados Unidos no mercado global, alguns dados quantitativos

se mostram expressivos: para o ano de 1841, o maior comprador de algodão estadunidense era o Brasil, seguido do Chile, que comprou US\$584.503, e China, que comprou US\$188.019 (AHI, 259/21). Esses dados sobre a exportação norte americana foram registrados pelo consulado brasileiro em Nova Iorque com a intenção de determinar a posição do mercado brasileiro nessa economia, mas acabam por também expor a diversidade de países latino-americanos compradores da manufatura estadunidense: Cuba, Haiti, México, República Federal da América Central, Venezuela, Repúblicas Cisplatina, Argentina e Chile, o que aponta para certo interesse por parte dos Estados Unidos em manter relações comerciais dentro do continente, principalmente para que sua produção fosse escoada.

No caso do Brasil, Sérgio Teixeira de Macedo<sup>4</sup>, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário brasileiro nos EUA no ano de 1849, elucidou alguns pontos sobre a posição que o Brasil ocupava na América em ofício destinado a Pedro de Araújo Lima, o Visconde de Olinda, presidente do conselho de ministros e ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Ele havia se reunido em Washington com ministros do México, Chile e Nova Granada para que fossem estreitados laços de união e se discutissem os regulamentos consulares de cada governo. Segundo ele, o assunto da reunião girou em torno da desorganização em que se achavam tais países, principalmente o México após a guerra com os Estados Unidos, e que era unânime a opinião de que o “espírito militar” havia sido o causador de tanta desordem. A regulamentação consular em comum entre os Estados serviria para aperfeiçoar as transações comerciais e evitar possíveis desavenças entre seus agentes.

Todos reconheceram a política liberal do governo brasileiro, e os favores que podem dela esperar os governos americanos por ser o Brasil a potência da América mais bem representada e em maior número de cortes e de estados. Emprestei ao ministro da Nova Granada, que o deve depois passar ao do México, o único exemplar do regimento consular que achei nesta legação (AHI, 233/35).

O ministro chileno propôs que estudassem o regulamento consular brasileiro por ser este um exemplo de norma bem redigida que antecipava medidas para evitar transtornos e que, na conferência seguinte, discutissem sobre a adoção de regulamentos semelhantes. Foi também proposto que fosse repassado a cada cônsul de seu Estado a necessidade de dar proteção a cada indivíduo estrangeiro de qualquer país americano que não tivesse, em seu distrito, uma representação de seu Estado. Tal recomendação visava fortalecer

<sup>4</sup> Sérgio Teixeira de Macedo foi primeiramente nomeado secretário de legação para Paris em 1833, promovido a encarregado de negócios em Lisboa em 1834, removido para Turim e Roma e depois Paris três anos depois. Foi então promovido a ministro residente em Turim em 1842, passou com o mesmo caráter para Paris e dali para Viena em 1844. Foi promovido a enviado extraordinário em Viena e removido, com o mesmo caráter, para os Estados Unidos pelo decreto de 26 de julho de 1848. Tinha o salário de 7:000\$000 (sete contos de réis). BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Ministro Paulino José Soares de Souza. Relatório do ano de 1850 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão ordinária da 8ª Legislatura, p. 17. Disponível para consulta em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>.

também seus vínculos migratórios. Por parte do governo brasileiro, não havia a intenção de modificar seu regulamento por já o ter sido feito em 1842 e 1845 durante as reformas administrativas, e, sobretudo, por já existir uma política de expedição de passaporte e legalização de documentos de estrangeiros americanos nas legações e consulados brasileiros. Esta política era uma característica das sociedades de mercado que ascenderam no final do século XVIII e primeiras décadas do XIX, ligadas a uma forma alternativa de organização social na qual a violência era substituída pela paz, salvaguardando a liberdade de comércio. Nesse tipo de sociedade, ser cidadão de uma República ou súdito de um Príncipe correspondia a ter direitos de comércio e navegação sobre determinados territórios, e de passagem e residência sobre outros (RABELO, 2018).

A opinião de Sérgio Macedo sobre a conferência entre os ministros era a de ser inútil, naquele momento, estabelecer algum tipo de aliança com os países da América que não fossem os Estados Unidos. Segundo ele, estes países tinham “governos efêmeros, sem força, sem prestígio, sem princípios, sem norte fixo” e, por isso, o Brasil não se beneficiaria com nenhum desses vínculos e, pelo contrário, poderia envolvê-lo em “contestações desagradáveis com outros governos”. Portanto, não havia o esforço de fortalecer os laços com esses Estados da mesma forma que havia com os Estados Unidos, mas havia a pretensão de mostrar o Brasil como nação amigável e prestativa de apoio e proteção aos seus vizinhos dentro de uma América fragilizada. Para ele, só havia duas potências no continente, e como os Estados Unidos eram vistos como uma potência opressora pelas repúblicas sul-americanas, estas sentiam a necessidade de ter um laço de amizade com o Brasil. Por outro lado, estes laços de amizade poderiam significar uma perda no vínculo Estados Unidos-Brasil:

Com estes [países americanos] é essencial manter a paz e as boas relações ora existentes, não lhes dar motivos de suspeitar nossa amizade, de desconfiar de nós; deve pois, quanto a mim, haver o maior cuidado em evitar que eles imaginem que, aproveitando a irritação dos hispano-americanos provocada pela opressão do México e por outros de prepotência, estamos à testa de projetos de ligas e de combinações contra eles [Estados Unidos]. Não devemos sacrificar a amizade de uma potencia considerável e cujas relações comerciais nos são vantajosas a um porvir de alianças que nem uma importância atual tem (AHI, 26 de abril de 1849, pasta 23335).

A relação comercial seria o ponto-chave para a manutenção de laços de paz e amizade com outros Estados. Se o estabelecimento do comércio com a República norte americana era lucrativo ao Brasil, não seria coerente colocar em risco esta relação em função de outra que não tivesse a expectativa de trazer um retorno à altura. Esta era uma das formas de manter a soberania do projeto político imperial fortalecido, cujo objetivo era conservar a nação, se baseando em relações comerciais estáveis para que não houvesse prejuízo financeiro no sistema exportador.

Os Estados Unidos, nesse período, já tinham uma atuação expressiva enquanto exportadores no mercado global - para o ano de 1841, por exemplo, o maior destino do algodão estadunidense era o Brasil, seguido do Chile e da China (AHI, 259/21). Dentro da América, é relevante a diversidade de países compradores da manufatura estadunidense: Cuba, Haiti, México, República Federal da América Central<sup>5</sup>, Venezuela, Argentina e Chile, o que aponta certo interesse por parte dos Estados Unidos em manter relações comerciais dentro do continente, principalmente para que sua produção fosse escoada (AHI 258/35). Segundo Sven Beckert (2014), em meados do XIX havia uma rede global de agricultura, comércio e produção industrial, em que mercadores compravam algodão cru ao redor do mundo e levavam para as indústrias britânicas, destino de 2/3 de manufatura de algodão do mundo inteiro. Era um complexo manufatureiro integrado mundialmente, cuja origem principal do algodão eram as *plantations* escravistas na América, e cujos produtos escoavam para os mercados do mundo todo.

O envolvimento do Império do Brasil nesse mercado também foi significativo do ponto de vista da política externa. Tamis Parron (2020) apontou que, em 1851, iniciou-se um “alinhamento sul-sul que teria fôlego na diplomacia brasileira” a partir da ratificação de um tratado de comércio, navegação, limites e extradição de foragidos (inclusive escravos) com a Corte com o Peru. O Brasil estaria então cada vez mais envolvido nas tensões regionais que foram remodeladas pelo movimento de auto expansão da economia-mundo capitalista. Como ilustrativo desse envolvimento, não foi só assinado o tratado de comércio, limites e extradição de escravos com Peru, mas também com o Uruguai no ano seguinte, com a Confederação da Argentina em 1856, e com o Paraguai em 1855 e 1856 (PARRON, 2020, p. 463).

A visão oficial de que só havia duas potências dentro da América não era a que prevalecia em décadas anteriores. Desde pelo menos 1826, o tema de união entre nações latino-americanas foi pauta constante nas reuniões entre os representantes das nações e nos ofícios entre os representantes do Império. O Congresso do Panamá, neste ano, aludia a uma ideia de criação de uma liga entre os países americanos e de um órgão destinado à sua articulação, o que não aconteceu, mas que deu um pontapé inicial para que essa união se mantivesse em constante discussão nas próximas duas décadas. Há uma série de documentos escritos pelo Encarregado de Negócios do Império no Chile em que ele destaca a importância de manterem laços de amizade e de estarem presentes nas reuniões entre representantes, principalmente nos congressos internacionais (Congresso do Panamá – 1826, Congresso Americano de Lima – 1847, Congresso de Santiago do Chile – 1856,

5 A República Federal da América Central foi um país constituído em 1823 como uma república federal situada na América Central, seguindo o modelo federativo dos Estados Unidos. Ela teve a duração de dezessete anos e seu território correspondia aos atuais países da Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica.

Reunião de Representantes Latino-americanos em Washington - 1856) (AHI 2310101).

Em ofício de 08 de março de 1839, o encarregado de Negócios do Império do Brasil no Chile, Miguel Maria Lisboa, relatou ao Sr. Antônio Peregrino Maciel Monteiro, ministro dos Negócios Estrangeiros naquele ano, que havia se reunido com o ministro chileno para tratar de “pretensões da Europa para com a América do Sul”, situando o ataque da França contra o México, Buenos Aires e Oiapoque, além das ameaças contra o Chile. O ministro chileno então o questionou sobre a união dos Estados da América do Sul e qual era o posicionamento do império nesse quesito, se estariam organizados ou não, obtendo a resposta de que o Brasil não deixaria de contribuir para sustentar os interesses comuns da América do Sul e que poderiam fazer um “serviço valoroso á América, dando força moral às decisões razoáveis de seu congresso, e corrigindo as idéias exageradas (...)” (AHI, 231/01/01).

No mês seguinte, Maria Lisboa tratou em seu ofício sobre o Congresso que aconteceria anos depois no México e havia um questionamento entre os Estados americanos se os Estados Unidos deveriam ser admitidos ou não no Congresso. Ou seja, as pretensões da Europa dentro da América não eram as únicas a serem questionáveis, mas também as dos EUA.

O Jornal *El Mercurio* de 16 de agosto de 1834 publicou um decreto do Governo do Equador, que determinava que a nenhuma nação europeia se concederia os mesmos favores que aos Estados hispano e anglo-americanos. Segundo Miguel Maria Lisboa, esse decreto era insustentável, por ser diretamente oposto ao Tratado entre a Colômbia e a Inglaterra, ao qual estaria submetido o Equador. Mas que, ainda assim, seria válido que fosse mostrado ao Ministro no Brasil uma cópia do decreto, porque era uma “prova de que as Nações que nos cercam não contam conosco para sua política” (AHI, 2310101).

No decreto se dizia, no artigo “2º: *Los Estados Unidos del Norte deben ser considerados como una República hermana con opción a los mismos favores y privilegios, que las Hispano-Americanas*”. Ou seja, o artigo incluía os Estados Unidos, e segundo Maria Lisboa, seria conveniente que eles tentassem incluir também o Brasil, visto que não existia comércio entre o império e o Equador, o que seria facilitado com essa inserção no decreto e, depois, quando esse princípio fosse generalizado, seria possível tirar vantagens nas relações com outras potências Americanas (AHI, 2310101).

Em maio de 1839, Maria Lisboa reiterou o interesse do império em entrar na liga em união aos outros Estados da América:

(...) tanto mais quanto em um Congresso em que entre as Repúblicas de Bolívia, Perú, e da antiga Columbia, melhor poderemos reclamar o direito de entrada pelo Paraná, direito que igualmente interessa a primeira, e em cujo apoio será possível ganhar a coadjuvação das mais, em troca da não mais desejada entrada do Amasonas (AHI, 2300315).

Convinha ao Brasil entrar nessa união, pois teriam uma oportunidade de abrir uma navegação com o interior de São Paulo e com Mato Grosso, além de a Fazenda Pública ganhar com os direitos de trânsito e ancoragem do comércio peruano e colombiano pelo Amazonas. O ministro ainda sugere a antecipação da demonstração de interesse em se aliar aos Estados americanos:

E também permita V. Ex<sup>a</sup> que exponha minha humilde convicção de que, si quisermos ser admitidos, devemos, quanto antes, dar passos para isso: porque as repúblicas hespanholas por certo nos não convidarão: e porque, para que sejamos admitidos com menos desconfiança, é mister que mostremos algum empenho pela reunião do Congresso, tomando a dianteira; e não aguardemos o momento em que nossos desejos de concorrer, poderão ser interpretados como efeito da necessidade (AHI, 2310101).

O projeto conservador de centralização também esteve ligado às percepções dos governantes brasileiros sobre como o império era visto de fora. O ministro chileno expôs, ao continuar debatendo a necessidade de se formar alianças com as nações americanas, que era possível supor o interesse delas em promover a “desmembração do colossal Império”:

E si demais, tomando esse ajuste por base de aliança, assegurassemos os meios de tornar-o efetivo, por Convenções especiais, adaptadas á posição dos diferentes países, alguma cousa se obteria em favor da união do Brasil, considerada com relação aos perigos que lhe apresentam os ciúmes, e intrigas de nossos confinantes. É verdade que o próprio interesse, que se pode supor que estes tem, em promover a desmembração do colossal Império, deverá tornar [o] difícil a sua aquiescência a este ajuste; mas estudando e fazendo valer interesses iguais aos nossos, que eles também tem por outros lados, talvez desaparecesse essa dificuldade (AHI, 2310101).

A narrativa geral desses ofícios do Encarregado de Negócios no Chile era a de que o Império não deveria ficar para trás nem excluído dessas reuniões entre Estados da hispano-americanos. A principal razão para isso se referia às fronteiras, para que fossem fixadas as bases para decidir as questões de limite de território. Sua vontade era a de que o Brasil firmasse tratados, fosse com Chile ou com Nova Granada e Equador, sendo esses dois últimos fronteiros com o território imperial.

Mais de dez anos depois, em janeiro de 1850, Maria Lisboa ainda discutia a necessidade da presença imperial nas reuniões de Estados americanos, dizendo que “um Congresso Geral Americano [seria] infalivelmente tam fatal á America e ao Brasil se nelle entrarmos”. Segundo ele, essa reunião fazia parte de um projeto que caminhava e tomava vulto e que, superado o obstáculo da localidade, motivo de grande discussão durante todos esses anos sobre onde aconteceria o encontro, seria adotada a ideia de negociações secretas e parciais, “conforme o plano que tive a honra de fazer subir á presença do Governo Imperial em meu officio reservado n<sup>o</sup> 6 de 1839; e nesse caso o Brasil não deve dormir” (AHI, 2310101).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos entre Estados Unidos e Brasil discutidos nas esferas oficiais do governo sugerem uma ampliação do olhar para além de vontades internas. Ambos os países estavam inseridos numa América conflituosa por disputas de legitimação de poder e com interesses imperialistas vindos da Europa. Negar tais ligações seria caracterizar a formação do Estado nacional brasileiro *in vitro*, observada fora de um organismo totalizante das relações internacionais que consideraria a construção da nação circunscrita apenas ao contexto nacional.

Do ponto de vista das relações internacionais mantidas pelo Estado brasileiro, conservar a nação se baseava em manter relações político-econômicas estáveis e, especificamente na relação comercial com os Estados Unidos, preservar o vínculo de amizade para garantir os interesses agroexportadores mesmo após o fim do tratado entre os países. Com os Estados americanos vizinhos, é possível perceber uma disposição em criar e manter laços amigáveis, ao mesmo tempo em que havia um receio de perder o vínculo comercial com os Estados Unidos, que já eram vistos com desconfiança pelos outros Estados americanos.

A documentação do Itamaraty nos mostra que o Brasil sempre esteve acompanhando o assunto de união latino-americana e nunca excluiu a possibilidade de associar-se às tentativas de articulação regional com esses países. Em 1842, o Brasil chegou a cogitar ser sede de uma reunião entre os Estados, “numa disposição possivelmente aguçada pelas já difíceis relações com a Grã-Bretanha por causa do tráfico de escravos”(CHDD, 2003, p. 8).

## REFERÊNCIAS

### DOCUMENTOS

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1840 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão de 1841**. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1842 apresentado à Assembleia Legislativa na 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura em 1843**.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1846 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão ordinária da 5ª Legislatura em 1847**. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1846 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão ordinária da 5ª Legislatura em 1847**. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Ministro Paulino José Soares de Souza**.

**Relatório do ano de 1850 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão ordinária da 8ª Legislatura.** Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>.

**Cadernos do CHDD** – Centro de História e Documentação Diplomática – Ano I – número 2 – 1º semestre de 2003.

## ARQUIVOS

*Arquivo Histórico do Itamaraty*, Rio de Janeiro, RJ, pastas:

*Embaixadas Washington Ofícios* 233/3/5

*New York Despachos* 259/2/2

*New York Mapas Estatísticos* 259/2/1

*New York Ofícios* de 258/3/4 até 258/3/6

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKERT, Sven. **Empire of the Cotton: A global history.** New York: Alfred A. Knoff, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. A Vida Política. *In*: CARVALHO, José Murilo de; SCHWARCZ, Lília (Coord.). **A construção nacional: 1830-1889.** Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: Fundación MAPFRE, 2012.

COSTA, Wilma Peres. A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850). *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). **História econômica da independência e do império.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRIS, Nathan. The Relations of the United States with South America during the American Civil War. **The Hispanic American Historical Review**, v. 21, n. 1, Feb., 1941. Published by: Duke University Press.

FREYRE, Gilberto. **Inglese no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL 1977.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GABLER, Louise. **A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e a consolidação das relações exteriores do Brasil (1823 – 1891).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

GUENTHER, Louise H. **British merchants in 19th century Brazil: business, culture and identity in Bahia, 1808-1850.** Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Finanças e comércio no Brasil da primeira metade do século XIX: a atuação da firma inglesa Samuel Philips & Co – 1808 -1831. **Revista Navigator.** Dossiê v. 6, n. 12, 2010.

GREENHILL, Robert. Merchants and the Latin American Trades: an Introduction. *In*: PLATT, D. C. M. (ed.). **Business Imperialism, 1840-1930**. An Inquiry based on British Experience in Latin America. Oxford: Oxford University Press, 1977.

HARBER, Stephen; KLEIN, Hebert As consequências econômicas da Independência brasileira. **NOVOS ESTUDOS**, n. 33, jul. 1992.

HORNE, Gerald. **O Sul mais Distante – Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IZECKSOHN, Vitor, Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão. **Topoi**, v. 6, p.47-81, mar. 2003.

IZECKSOHN, Vitor. O Processo de Formação dos Estados Nacionais no Rio da Prata: Comércio, navegação e guerra, 1810-1864. *In*: **Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática – Ano IV**, número especial. Brasília, DF: A Fundação, 2005. 208p.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta 1500-2000 - A experiências Brasileira**. São Paulo: SENAC São Paulo Editora, 2000.

LOBO, Eulália Maria. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC. 1978. 2 volumes.

MARQUES, Leonardo; PARRON, Tâmis. História relacional: uma entrevista com Dale Tomich. **Tempo**, Niterói, v. 25, n. 3, p. 764-773, Dec. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042019000300764&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042019000300764&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 ago. 2020.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.). **O Brasil Imperial - Vol. II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383

MARX, Karl. A Crise Monetária na Europa. Dossiê: Artigos de Marx, **Lutas Sociais**, São Paulo, n.23, p.133-136, 2o sem. 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, Juliana Jardim de Oliveira. **A Guerra Civil no espaço Atlântico: a secessão norte-americana nos debates parlamentares brasileiros (1861-1865)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História, 2017.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787 – 1846**. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, 2015.

PARRON, Tâmis. Tratados de comércio e de tráfico negreiro. *In*: SLEMIAN, Andréa; AIDAR, Bruno; LOPES, José Reinaldo de Lima. (Org.). **Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos 18-19)**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2020. v. 2, p. 429-477.

PARRON, Tamis; YOUSSEF, Alain El; ESTEFANES, Bruno Fabris. Vale Expandido: contrabando negreiro e a construção de uma dinâmica política nacional no Império do Brasil. **Almanack**. Guarulhos, 2014.

PLATT, D. C. M. **Latin America and business trade, 1806-1914**. London: A. & C. Limited, 1972.

RABELO, Pedro Henrique de Mello. Soberania da nação ao Estado: a invasão napoleônica da península ibérica nas páginas do Correio Braziliense (1897-1810). **Revista Faces da História**, v. 5, n 1, 2018.

RABELO, Pedro Henrique de Mello. **Amizade, comércio e navegação: o Tratado de 1829 e as relações político-mercantis entre o Brasil e os Estados Unidos na formação do Império brasileiro (1808-1831)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. 2017.

RIBEIRO, Alan. “**The leading comission-house of Rio de Janeiro**”: a firma Maxwell, Wright & Co. no comércio do Império do Brasil (c.1827 – c.1850). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, 2014.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

VIEIRA, Renata; OLIVEIRA, Paulo. A Construção da Nação no Brasil Imperial: uma análise sob a luz dos estudos decoloniais. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, p. 123-144, 2020.

WEINSTEIN, Barbara. Slavery, Citizenship and National Identity in Brazil and the U.S. South. *In*: DOYLE, Don H.; PAMPLONA, Marco Antonio (Org). **Nationalism in the New World**. University of Georgia Press, 2006.

WRIGHT, Antonia. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil. 1808-1850**. São Paulo: Ed. Nacional; INL, 1978.